

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 28-5-2018.

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Tarciso Flecha Negra. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 474/18, do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 182/16 (Processo nº 1833/16). Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Marcos Júlio Fuhr, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do transcurso do octogésimo aniversário dessa entidade. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga e Adeli Sell manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Mônica Leal, Fernanda Melchionna e Reginaldo Pujol. Na oportunidade, por solicitação de Reginaldo Pujol, Adeli Sell, Tarciso Flecha Negra e Dr. Goulart, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Oly Érico da Costa Facchin, a Carlos Riella e a Paulo Machado. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Lourdes Sprenger. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Felipe Camozzato, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Tarciso Flecha Negra. A seguir, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pela Presidenta: de autoria de Ricardo Gomes, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 137/17 (Processo nº 1188/17); de autoria de Lourdes Sprenger, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 287/16 (Processo nº 2805/16). Também, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Ricardo Gomes, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 136/17 (Processo nº 1175/17), foi aprovado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, deferido pela Presidenta, solicitando votação em destaque para essa emenda. Em continuidade, constatada a inexistência de quórum deliberativo, deixou-se de iniciar a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Cláudio Janta. Durante a Sessão, Sofia Cavedon manifestou-se acerca de

assuntos diversos. Às dezesseis horas e vinte minutos, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo aos 80 anos da entidade. O Sr. Marcos Júlio Fuhr, representante do Sinpro/RS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. MARCOS JÚLIO FUHR: Boa tarde, eu queria começar saudando o Sr. Presidente da Sessão, e os Vereadores professores – a professora Sofia, o professor Alex e o professor Wambert –, não sei se tem outros que também são professores, esses eu identifico como tais. Quero registrar a presença da Direção do Sinpro, diversos colegas da diretoria colegiada do Sindicato. Aproveito para fazer um registro, Sr. Presidente, que o Sinpro é o sindicato que, desde meados dos anos 1990, tem uma direção colegiada, fazendo disso uma de suas marcas registradas de uma diretoria despersonalizada, integrada por quadros, militantes, diretores, todos responsáveis pelas diferentes áreas de atuação do Sindicato. Quero agradecer à Câmara de Vereadores mais esta oportunidade de irmos aqui para registrar o aniversário de 80 anos do Sinpro/RS. Nós estivemos nesta Casa, em diversas outras oportunidades, para registrar iniciativas do Sindicato, aniversários anteriores, e nos sentimos sempre muito bem acolhidos e muito à vontade nesta Casa do Povo de Porto Alegre. Agradeço a Ver.^a Sofia Cavedon pela articulação, pela oportunidade de estarmos na Tribuna Popular. Também quero referir a enorme satisfação que tem a direção do Sinpro/RS, e tenho certeza de que todo o conjunto dos professores do ensino privado gaúcho, pela passagem desta efeméride tão expressiva, tão significativa, que é o aniversário de 80 anos de uma representação sindical.

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado gaúcho foi fundado em 1938, no início do Estado Novo e, desde então, tem uma trajetória contínua, uma trajetória ininterrupta de atuação, de luta, de trabalho pela categoria dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul. Aliás, fazendo uma pequena correção, não apenas do ensino privado, mas, tecnicamente, como dizemos sempre lá no Sinpro, das instituições de direito privado, uma vez que o Sinpro/RS representa também os professores das duas fundações educacionais instituídas e mantidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, cujos professores, por serem também celetistas, são representados sindicalmente pelo Sinpro/RS: a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha, de educação profissional, em Novo Hamburgo, uma das mais destacadas

instituições dessa área no País; e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, cujos docentes também temos a honra de representar. Somos, portanto, uma entidade de atuação nesse universo bem amplo, uma categoria profissional extremamente diversa, que abrange as professoras de educação infantil – e uso o feminino, porque, efetivamente, a absoluta maioria é constituída de mulheres –, as professoras e professores da educação básica, as professoras e professores que trabalham na educação superior, nas instituições de educação profissional privadas e nos cursos de idiomas, que também representamos. Trata-se de um universo de 33.500 trabalhadores em todo o Estado do Rio Grande do Sul. O que nos dá um orgulho ainda maior do que representar esses 33.500 trabalhadores é o fato de que desses, 23.500 são associados ao Sindicato dos Professores, não são apenas base de representação do sindicato, mas são pessoas que, ao longo da sua trajetória profissional e ao longo desses 80 anos de atuação do sindicato, decidiram associar-se ao sindicato, decidiram integrar o quadro social do sindicato. O Sinpro/RS é hoje um dos sindicatos da iniciativa privada, provavelmente, com um dos mais altos índices de sindicalização.

Ao longo dessa trajetória de 80 anos, o Sinpro/RS já teve diversos perfis, diversas marcas de identidade, desde uma referência, na época em que estava começando, um sindicato referenciador para os professores, uma marca assistencialista durante muitos anos, durante várias décadas, até uma marca mobilizadora, referenciadora dos professores a partir dos anos 1970, quando, depois de uma trajetória mais modesta, o sindicato passou a ser também um espaço de organização, um instrumento de luta dos professores em defesa dos interesses da categoria, em defesa da redemocratização do País, integrando, portanto, o novo sindicalismo que, no fim dos anos 1970, se credenciava e se colocava como protagonista na luta social da sociedade brasileira. A partir dos anos 1980, o sindicato fez greves, passou a ser espaço de disputa pela direção da entidade, o número de associados cresceu, especialmente pelo reconhecimento por parte dos professores, pelo movimento social, pelo movimento sindical, pelo conjunto da sociedade gaúcha.

O Sinpro/RS negocia, anualmente, com diversas representações patronais numa marca registrada de décadas. Tem convenção coletiva com o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul – Sinepe/RS; tem convenção coletiva com o Sindepars, que é o sindicato das entidades associativas e sindicais do sistema FIERGS, em nome dos professores do Sesi e do Senai; com o Sindicreches, que representa as escolas de educação infantil; com o Sindiomias, dos cursos de línguas estrangeiras; e com o Governo do Estado, acordo coletivo para regulamentar as condições de trabalho e remuneração dos professores da Escola Técnica Liberato e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Em 1980, o Sinpro/RS filiou-se à Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em decisão tomada no congresso da categoria por ampla maioria dos participantes. Desde então, tem a sua trajetória de atuação sindical pautada pelos princípios do movimento sindical liderado pela CUT. Em meados dos anos 1990, além de instituir a direção colegiada que temos até hoje, o sindicato adotou também o conceito de sindicato cidadão, que é uma concepção de sindicato que procura transcender o papel de

mero negociador do salário e das condições de trabalho dos seus representados. Dizemos sempre que o Sinpro não quer ser apenas responsável por negociar o preço da força de trabalho, mas o Sinpro quer ter a percepção – e se empenha permanentemente nisso – de que os professores são trabalhadores, precisam consolidar permanentemente a sua condição de trabalhadores num ambiente de muitos apelos que procuram atuar no sentido contrário, e é também um sindicato preocupado em propiciar condições de cidadania, oferecer serviços e ser uma referência cidadã para a categoria que representa. Ao longo desse tempo, quero dizer que as direções do sindicato, nesses últimos anos, vêm se empenhando em construir uma consciência de trabalhadores nos professores, fortalecer o perfil solidário dos professores com os demais trabalhadores brasileiros das demais categorias, porque as grandes lutas dos professores são as lutas dos trabalhadores de um modo geral.

Nós queremos agradecer este espaço da Câmara de Vereadores para nos apresentarmos e referirmos o nosso aniversário de 80 anos. Pedimos ao setor técnico a oportunidade de passar um pequeno vídeo alusivo ao nosso aniversário que o departamento de comunicação do sindicato elaborou.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

SR. MARCOS JÚLIO FUHR: Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Convidamos o Sr. Marcos Júlio Fuhr a fazer parte da Mesa. Quero lhe dar as boas-vindas, Professor, e dizer que compreendo que existem relações orgânicas e relações institucionais entre Vereadores, mandatos e entidades, mas que a utilização do período de Tribuna Popular é uma prerrogativa de qualquer entidade, independentemente do mandato do Vereador. De acordo com a Lei Orgânica da Cidade, o art. 103 diz que as entidades no âmbito municipal, ou se não forem, com mais de três mil associados poderão requerer a realização de audiência pública para esclarecimento sobre projetos e também a realização do período de Tribuna Popular.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição, e prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Valter, quero, com muita emoção, porque este vídeo arrepiava a gente, cumprimentar o Marcos Fuhr, os colegas professores e professoras aqui presentes; queria agradecer este espaço que o Sinpro nos traz, ocupa para marcar os seus 80 anos, porque pautar educação nesta Câmara para nós é sempre muito significativo, Diretor. A direção colegiada, a história do Sinpro nos orgulha por demais, Prof. Alex, caros colegas do PSOL e do PT, porque falo em nome da Liderança de oposição e agradeço, inclusive, ao Ver. Marcelo

Sgarbossa. O Sinpro é um sindicato que trabalha com uma relação de trabalho muito difícil, e o próprio vídeo diz: será que os professores privados fariam greve, ou fariam as lutas que fizeram diante da possibilidade simplificada da demissão? Pois eu quero dizer que, inclusive, a simplificação da demissão não é mais possível com a existência do Sinpro/RS. Nós já vimos várias situações de demissão coletiva, em massa, de mudança estrutural em que o Sinpro agiu com firmeza, com capacidade de diálogo, com justiça, quando precisou, e com mobilização quando precisou. Uma síntese importante da história do Sinpro é a sua autoridade, o respeito que conquistou diante da representação dos patrões e o respeito que conquistou da sua categoria, porque é gratificante ver que mais de 60% da categoria é associada, contribui espontaneamente com seu sindicato. Eu tenho certeza de que é pela confiança, pela forma aguerrida, combativa, sólida, transparente e democrática com que o Sinpro funciona, desenvolve suas atividades e toma suas decisões.

É nesse sentido que nós queremos homenageá-lo, homenageá-lo pela sua dimensão de luta corporativa, de salário, de condições de trabalho, de respeito à formação, ao tempo de formação. Sempre faço referência à luta num fim de semana, quando o Sinpro chamou greve num domingo, Vereadores, porque dizia que, naquele domingo, os professores e professoras não iriam trabalhar, porque não tinham garantido – muitos, talvez, até nem tenham ainda – o tempo de planejamento, de avaliação de suas aulas pago pelas mantenedoras, pelos donos de escolas. Portanto, o professor e a professora trabalham de noite, trabalham fim de semana, trabalham domingo, e essa luta foi emblemática, denunciando essa condição, que é uma condição de desrespeito aos profissionais da educação.

Esses dias, ouvia na rádio – o Sinpro usa o recurso com muita competência – o debate sobre os professores da educação infantil, que não têm a mesma carreira que os demais níveis, etapas e modalidades. Como é bonito ver o sindicato atento a essas diferenças, com essa diversidade de representação, atuando em cada uma dessas dimensões. Mas tem uma outra dimensão que é muito bonita, muito significativa e necessária, que é a dimensão da constituição do capital cultural dos professores e professoras ao ofertar, através da sua Fundação Ecarta, através da sua atuação... O sindicato investe no professor que cria, no professor que se aproxima da cultura, que filosofa, que pensa o seu trabalho e que se insere no mundo. Um dos projetos da Fundação Ecarta, que é o Cultura Doadora, é inovador e mostra a questão importantíssima do engajamento numa ação fundamental pela vida, que é a doação de órgãos. Alguém poderia perguntar: o que tem a ver com o sindicato de professores? Tem a ver com o sindicato cidadão. Chego a essa outra alcunha, que é a chamada do Sinpro, que é o retrato da sua atuação: essa participação efetiva, cidadã do Sinpro junto aos professores, mas também junto ao debate das políticas educacionais deste País nas conferências de educação, nos planos de educação, e ao fazer, inclusive, no plenário desta Casa, uma grande plenária para o lançamento do seu projeto, em determinado momento, Educação Não é Mercadoria. Temos que nos orgulhar de ter esse sindicato com sede aqui e em várias outras cidades tão atuante, defendendo uma educação de

qualidade, uma educação que é direito. Também tem que responder aos preceitos legais da educação, mesmo sendo de instituições de caráter privado.

Parabéns, Sinpro, longa vida, obrigada pelas belas lições que nos deram em todos esses anos de história.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Marcos Fuhr, que representa toda a nossa categoria dos professores, uma saudação e parabéns a todos nós, professores da iniciativa privada, gostaria de mandar uma abraço para a minha colega Margot, muita saudade de trabalharmos juntos. Eu gostaria de parabenizar, neste momento, todos os esforços que a diretoria colegiada do Sinpro tem com relação à tentativa de precarização das nossas condições de trabalho e dos direitos adquiridos ao longo desses anos. A reforma trabalhista terrível, medonha para a classe trabalhadora está nos afetando diretamente. Eu, como professor, não abro mão de ter rescisões contratuais na sede do sindicato, com advogado, com contador especializado fazendo esses cálculos, porque, em muitos momentos, quando fui fazer a rescisão contratual no sindicato, os técnicos apontaram inconsistências, e essas inconsistências sempre eram em desfavor da minha pessoa, dos professores. Errar é humano, mas errar sempre contra o profissional é imoral. Então, eu não abro mão desse direito. É um direito nosso, conquistado com muito esforço e ele dever ser mantido. Também não abrimos mão do nosso descanso semanal remunerado, também uma conquista desta categoria que muito serve para nós, justamente porque todos os cidadãos, todos os brasileiros veem a educação como a grande porta para mudar esta realidade terrível em que nos encontramos. Mas quem faz educação? Somos nós em contato direto e diário com os nossos alunos. Portanto, se nós fazemos a educação, se nós trabalhamos para um Brasil melhor, precisamos ser valorizados por isso. Um professor, para atingir um salário de R\$ 5 mil, precisa trabalhar os três turnos na iniciativa privada. Isso deprecia a sua vida, isso fragiliza a sua saúde, isso precariza o seu contato familiar, que é tão importante. Parabéns ao sindicato, que muito nos representa, parabéns a todos os professores pelos 80 anos da sua entidade representativa. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex. O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Para nós é uma honra poder falar em nome da bancada do Partido

dos Trabalhadores – da nossa professora Sofia Cavedon, do Líder Oliboni e do Sgarbossa. A minha fala é no sentido de louvar a trajetória deste sindicato octogenário. O nosso primeiro sindicato a gente não esquece, a minha primeira sindicalização, logo ao concluir, pegar meu diploma na universidade, foi no Sindicato dos Professores com muito orgulho. Eu comentava, no início da Sessão, com o Marcos e com outros professores ligados ao Sinpro, a importância da construção de um sindicalismo com base forte e de um sindicato, efetivamente, cidadão, que não só cuida – isso que o Prof. Alex acabou de expor – das questões do mundo do trabalho, mas também do bem-estar do professor e, como o vídeo mostrou, da educação. Está lá na Constituição Federal, a educação como um princípio fundamental, e o Sinpro tem mantido isso. Tem um jornal instigador, o Extra Classe, e é bom este nome Extra Classe, porque o sindicato não se atém apenas à categoria profissional, mas ao ser humano, defendendo a dignidade da pessoa humana, fazendo com que tenha uma instituição cultural, uma fundação, um hotel de passagem, para tratar o professor como ele deve ser tratado. Portanto, vida longa ao Sinpro, renovação e revolução permanente no modo ser e de fazer! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Adeli. Quero agradecer muito a presença do Sr. Presidente do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Marcos Júlio Fuhr. Quero também estender o agradecimento a toda a sua diretoria, que vem ao Poder Legislativo da cidade de Porto Alegre mesmo num dia complicado como o de hoje, sem transporte coletivo. Quero cumprimentá-lo pelos 80 anos da entidade. Quero aproveitar para manifestar, em nome da Câmara, na condição de Presidente, o nosso profundo respeito pela missão, pela tarefa, pelo papel do professor na construção de uma sociedade verdadeiramente, eu diria, livre, libertária, mas também de uma educação que tenha como único interesse a formação de um ser humano completo. Nesse sentido, o professor é o elemento fundamental para o atingimento dessa missão. Eu sei que a tarefa do Sinpro é a tarefa sindical de representação dos interesses laborais dos professores, mas eu também sei que, numa segunda dimensão, há a preocupação com a educação, que é o elemento fundante de qualquer nação que se pretenda desenvolvida. Eu quero lhe desejar sucesso e que nós consigamos enfrentar talvez o maior desafio que o Brasil tem hoje, que é a educação, Ver.^a Sofia, que ela seja plural, que não esteja ligada a nenhum outro interesse que não o interesse de formar seres humanos melhores, habilitados para a construção de uma sociedade também melhor. Parabéns ao Sinpro!

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Presidente Valter Nagelstein, boa tarde demais Vereadores e Vereadoras; vejo aqui a Ana, o Roberto Robaina, Cláudio Janta, Carús. Presidente Valter, eu peço ao senhor, que é advogado, que me oriente. Eu particularmente estou numa situação que eu estava

confessando para o senhor, até pedi para quebrar o decoro e falar palavrões. Não pronunciarei palavrões, eu me segurarei para não falar palavrões em respeito ao Regimento da Casa e em respeito ao que o senhor me pediu. A situação que eu passo, eu quero saber a quem se recorre, a juiz, alguém me explique! Eu talvez não tenha conhecimento técnico, e eu já fiz de tudo. Quero que alguém me oriente, a quem é que a gente se reporta? A quem que eu posso me reportar, João Bosco? Quem pode hoje, Mônica, tu que tens vínculo com o Exército. Eu quero saber se é juiz, se é delegado, se é o Presidente da República? O que se faz? Eu queria até a Comandante Nádia aqui para me responder. Quando tu vives, Janta, no meio de crimes, e eu estou aqui há quatro anos e eu quero... Nesse final de semana, teve um cão que tomou uma barra de ferro, traz a testemunha, a vizinhança inteira sabe, o bicho chega morrendo no meu colo. Eu entro no Ministério Público, faço boletim de ocorrência, não vira nem arquivo na polícia! O que é que eu faço? Aí o indivíduo na minha frente, a 500 metros – parece que acontece, porque tem que acontecer comigo –, joga um gato pela janela do carro. Eu vejo aquele bicho se debatendo, está aqui o Catorze, que trabalha comigo e que estava junto. Eu paro, ele jogou pela janela, ao meio-dia, na Aparício Borges! A quem eu recorro sobre esse tipo de coisa, Janta? Não vira nem número! Nasce, morre e não vira nem número! Os órgãos públicos não estão nem aí, porque as próprias prefeituras não fazem nada, nada! As pessoas, Ana, me ligam lá da tua cidade, de Canoas, me ligam de Viamão, dizendo que tem bicho com um tiro lá, que tem bicho estuprado. Hoje chegou um de Viamão para mim, estuprado. Sabem o que é que vai dar? Nada! Aí eu me pergunto: o que é que eu faço? Aos doutores, aos juízes, aos delegados, aos órgãos públicos, ao Presidente da República, a quem eu me reporto, Valter, para que me deem uma orientação jurídica? Porque eu não nunca vi um crime sem ser feito nada! O cão que foi enterrado vivo em Cidreira, sabes no que deu, Cassiá? Nada! O cão de Albatroz tomou uma paulada, a polícia viu, tinha testemunha, entra no Ministério Público, nada! O cão de Viamão estuprado – chegou para mim hoje –, a cadela estuprada. Nada! Eu me pergunto: o que é que eu estou fazendo aqui? Quem é que manda? Quem é que manda, Cassiá? Quem é que pode fazer alguma coisa? Quem é o dono da lei? Que papel que estamos fazendo aqui? A quem eu posso falar que mande, porque, para mim, tem que ser preso um indivíduo desses! O indivíduo joga pela janela um gato e esse indivíduo não é algemado?! Sabem o que é isso? Impunidade! Impunidade! Eu pergunto aos doutores, àqueles acima, como eu faço para não ter impunidade? Roubaram uma gata de dentro da veterinária, uma gata amputada, de Gravataí – impunidade! Matou um animal? Impunidade! Estupro? Impunidade!

Eu quero dizer que eu doo os meus dias e a minha indignação, Ana, e me sinto completamente atado. As meninas que vêm comigo um cachorro com barra de ferro na cabeça... Se eu não tenho que fazer nada além de tentar salvar e fazer bolo no Ministério Público e na delegacia! Impunidade. Justiça, quando é que vai ter pelos animais? Ou nem número vão ser, porque nascem e morrem e não são nem números. Nem arquivo, é indiferença. Por isso, para mim, esta humanidade terminou. É uma vergonha, Dr. Goulart, eu tenho vergonha da nossa espécie! Eu gasto todo o meu salário, luto com toda a minha força. Ontem minha mãe, de noite, me perguntou:

“Rodrigo, como é que tu aguentas?”. Esse final de semana, foram cinco ou seis crimes brutais, e as prefeituras não fazem nada, as secretarias de animais não fazem nada! Tu ligas para a polícia e não adianta, para o Ministério Público... Eu me pergunto o que fazer. O que fazer? O que fazer? Essa é a pergunta que eu quero saber: a quem a gente recorre? Ou eu vou ficar aqui completamente louco, gritando e dizendo que a humanidade deu errado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde; em nome da nossa bancada – Ver. Adeli, Ver.^a Sofia, Ver. Marcelo –, quero expressar a nossa solidariedade a todo povo brasileiro, de modo especial, ao gaúcho e ao porto-alegrense, que passa, nesses últimos dias, dias difíceis devido à conjuntura nacional. Todos nós sabemos onde nasceu, por que aconteceu esse descaso com a população brasileira: a política adotada pelo Governo Federal, principalmente, por Pedro Parente, Presidente da Petrobras, quando adota um sistema totalmente diferenciado do Governo anterior, que, há dois anos, estava com a gasolina a R\$ 2,70; agora, ela ultrapassa os R\$ 5,00. Com certeza, está claro para todo brasileiro que foi a política adotada por este Governo, que atrela a política dos combustíveis ao dólar, vende cinco refinarias brasileiras, faz exportação de petróleo e importa o combustível já refinado. Está claro qual é a política, está claro para nós, brasileiros, o que poderá acontecer ao longo deste ano, ou até o final do Governo Temer, um Governo golpista, irresponsável e inconsequente, na medida em que não percebe que o aumento da gasolina 16 vezes num mês é insuportável, e a inflação não chega a 1%. Essa política, simplesmente, destrói a reposição salarial, a vida do cidadão, porque, à medida que o tempo passa agora, o preço vai ser outro lá nas gôndolas dos supermercados. Ou os senhores acham que o leite vai estar com o mesmo preço, que o feijão vai estar com o mesmo preço? É evidente que esta realidade é cruel para todo trabalhador, e nós queremos denunciar essa política entreguista, irresponsável e inconsequente.

Não é por acaso que, a cada dia, mais nós percebemos a indignação do cidadão com relação aos políticos. Mas é meia dúzia que, se entram na política, exploram onde puder, e depois tentam uma política entreguista para entregar o capital nacional, como é o caso da Petrobras, como é o caso, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, de várias estatais, como será em Porto Alegre. Nós não podemos concordar com isso, porque, à medida que o povo brasileiro passa a ter essa dificuldade pontual e diária, como vai conseguir recuperar o seu poder de compra? O salário, Janta, não sobe todo mês, sobe anualmente – quando sobe! Aqui no Município, por exemplo, já no ano passado não subiu, os municipais não tiveram e não terão reajuste este ano.

Portanto, queria dizer, em nome da nossa bancada, que estamos também indignados. Como será a próxima eleição? Não sei se os senhores têm o costume de andar na rua, mas eu ando de cabeça erguida, eu converso com o cidadão, e ele está indignado, mais do que indignado, está desacreditado com o cenário político. Os senhores podem ter acompanhado, há dez dias, o Caiado aprovou, no Senado Federal, que, estando vaga a presidência no último ano – vamos que o Temer sofra um *impeachment* –, como será a eleição? Eleição indireta! É tudo o que o Congresso Nacional quer: eleição indireta! Nós não queremos. Nós queremos que o povo tenha a possibilidade de escolher, Alex, o seu presidente, o seu governador, o seu deputado, o seu senador, mas, do jeito que vai, nem nós, nem muita gente sabe o que vai acontecer. Quero frisar, dizer a todos os caminhoneiros que usaram a placa “intervenção militar” que os senhores não sabem o que estão falando. Na intervenção militar, como disseram muitos jornalistas nos jornais de hoje, não davam a liberdade que nós temos hoje. Essa mesma mobilização feita no dia de hoje não poderia acontecer no regime militar, porque os senhores e as senhoras que defendem o regime militar não poderiam ter saído às ruas, pois o regime militar iria retirá-los à força. É por isso que nós somos contra o regime militar ou o uso da força. Nós estamos vivendo num País que deve ter a democracia exercida, já que nós temos a liberdade, enquanto cidadãos, de escolher os nossos representantes. Por isso deixo aqui a minha indignação ao lado daqueles cidadãos que querem mais liberdade, o direito de opinar, de falar como estou falando, o direito de saírem às ruas e protestarem sobre a realidade nua, crua e irresponsável deste Governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Colegas Vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara; em 2004, eu assumi a presidência da Força Sindical. Lá, quando eu assumi a presidência da Força Sindical, nós trabalhávamos até o dia 29 de março para pagar impostos. Tudo o que a gente ganhava de 1º de janeiro até o dia 29 de março ia para pagar impostos. Agora, 2018, nós vamos trabalhar de 1º de janeiro a 8 de junho para pagar impostos. Nós vamos trabalhar meio ano para pagar impostos. Por meio ano, nós vamos sair de nossas casas, trabalhar e produzir, vamos ter a sensação de ganhar dinheiro, vamos ter a sensação quando pagamos a luz, a água, o telefone, quando vamos ao supermercado, e pagamos impostos. Quando comecei a trabalhar numa empresa um pouco maior, tive a carteira assinada e comecei a contribuir, ter a sensação de receber um contracheque. O meu gerente ficou muito brabo, porque pagava imposto de renda. Vendo aquilo, para mim – um jovem, uma criança, pode-se dizer – virou um sonho pagar Imposto de Renda.

Hoje um trabalhador que ganha R\$ 1.903,00 já paga 7,5% de Imposto de Renda; hoje um trabalhador que ganha R\$ 2.826,00 paga 15% de Imposto de Renda;

hoje um trabalhador que ganha R\$ 3.751,00 paga 22,5% de Imposto de Renda; e um trabalhador que ganha R\$ 4.624,00 paga 27,5% de Imposto de Renda. Sem falar no valor do leite, do arroz, do feijão, do açúcar, do sal, que é igual para um aposentado que ganha mil reais e para o Presidente da Petrobras, o seu Parente, que, em 2002, já fez um apagão neste País, um apagão energético que deixou o Brasil muito tempo refém da luz. Agora, ele faz um apagão nos combustíveis. Falei aqui logo do reajuste, quando a gasolina passou para quatro e pouco, que isso iria para o preço dos produtos. Falei deste púlpito que nós iríamos pagar a conta. O que está acontecendo no Brasil, onde os caminhoneiros estão em greve – a grande imprensa não mostra –, não são os caminhoneiros, é o apoio popular, é o clamor popular. Se olharem, de fato, as fotos, verão milhares e milhares de pessoas em pontos turísticos do Brasil inteiro apoiando as manifestações. Ninguém aguenta mais pagar impostos! De 1º de janeiro até 08 de junho, o povo trabalha para pagar impostos. Isso está no preço do arroz, do feijão, que é igual para quem ganha mil reais e para quem ganha como o Pedro Parente, que liberou o valor de R\$ 2 bilhões para o seu sócio, José Berenguer, que teria para receber da Petrobras em 2020. O Parente já liberou para o seu amigo esses R\$ 2 bilhões, liberou agora este ano, dinheiro do povo brasileiro! Isso o Governo Temer não vê! O Governo Temer, que vendeu para a população brasileira ontem à noite que estava tudo resolvido, e não publicou, até agora, no Diário Oficial da União a redução dos valores do diesel e da gasolina; não publicou, até agora, a diminuição dos pedágios para os eixos suspensos. Este Governo, que não cumpriu nada o que foi acordado com o povo. Nós temos que diminuir impostos, ninguém aguenta mais essa alta carga tributária. Mas, ao diminuir impostos, vocês sabem quem vai pagar a conta: somos nós, são os Estados. Somente o Rio Grande do Sul, em PIS e Cofins, vai perder mais de R\$ 700 milhões; somente o nosso Estado não terá o repasse de R\$ 700 milhões, e o Governo Temer diz que está fazendo as coisas certas para o povo brasileiro. Nós vamos falar em Comunicações e vamos voltar a este tema, que vem assolando o povo brasileiro, que é a escravidão tributária, que ninguém aguenta mais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Janta. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Valter Nagelstein, colegas, pessoas que nos assistem; não poderia deixar de utilizar a tribuna e responder ao Ver. Oliboni, com quem já tive vários debates produtivos. Mas, quando ele registra que a sua preocupação são os movimentos que pedem a intervenção militar, eu quero deixá-lo tranquilo, Ver. Oliboni, porque hoje eu reafirmei o meu pensamento de que isso não vai acontecer por uma razão muito simples. O General Etchegoyen, que recebeu o Título de Cidadão nesta Casa, que, por um privilégio da minha infância, é meu amigo há longa data, deu uma entrevista na Rádio Gaúcha. Anotei algumas frases, porque eu sabia que, provavelmente, esse debate poderia vir a acontecer aqui na

Câmara. É por uma razão muito simples, Ver. Oliboni, é porque as pessoas que falam por aí em intervenção militar são as mesmas, muitas vezes, que estão nas redes sociais e que, através de uma máquina, ficam corajosas, falam outras coisas, inventam, agridem, deturpam, porque essa não é a fala do Exército, nem nunca foi. O General Etchegoyen deixou bem claro que, no século XXI, não se concebe uma intervenção militar, que a nossa Constituição é forte, que as nossas instituições são fortes, mesmo que, por vezes, criticadas. Não são perfeitas, mas existem, representam o povo, estão aí. O Exército tem uma posição, há muitos anos, de cumprir, na íntegra, a Constituição. Não existe a menor possibilidade. As Forças Armadas não foram e nunca serão o foco de instabilidade, isso está mais do que claro nos movimentos, nas falas, nas manifestações. Ainda digo mais: me chamou atenção uma frase que o General Etchegoyen falou na entrevista de hoje, que o meu pai também dizia, o Coronel Pedro Américo Leal: “Quem educou e tocou a alma dos militares, o respeito à Nação, à instituição foram homens de 1964”.

Tudo o que aconteceu, basta a gente pesquisar na história, foi um contragolpe, porque no Brasil queriam implementar – esta é a minha fala, para não confundir – o comunismo. Como toda guerra, existem consequências naturais, nem tudo são flores! Um contragolpe. Agora, não dá para a gente pegar falas isoladas que acontecem nas redes sociais, na frente dos quartéis, em manifestações e dizer que o povo, a grande maioria do povo, que a sua preocupação é a intervenção militar, porque isso não vai acontecer. O maior interessado para que não aconteça é o próprio Exército Brasileiro. Não existe possibilidade.

Sobre a greve, eu quero dizer para vocês, eu confesso que, logo que ela iniciou, eu pensei que os caminhoneiros tinham mesmo razão em parar, porque os preços dos combustíveis precisavam baixar imediatamente, o que nós estamos vivendo é o início do caos, a sociedade não aguenta mais tamanha carga tributária. Eu fiz a minha reflexão e cheguei, inclusive, a postar isso, dando asas ao que o meu coração sentia. Mas, depois, como ela foi acontecendo – oxigênio que não chegava nos hospitais, remédios, primeiras necessidades –, eu comecei a me questionar: qual greve tem o direito de impedir o ir e vir de um povo? Nenhuma, nenhuma greve! Então a greve, que eu comecei achando que estava certa, tomou tamanha proporção que hoje eu já acho que está errada. O motivo era correto, mas a forma com que se desencadeou desvirtuou completamente. Eu hoje acordei às cinco e meia da manhã, fui para a fila do posto botar gasolina, não teve problema nenhum, fiquei umas duas horas. Mas com o que eu vi na fila para botar combustível eu fiquei extremamente chocada, porque as pessoas brigavam, literalmente brigavam com um que entrava, porque, como tem ruas, tu tens que parar num determinado ponto, e quem sobe ou desce não enxerga, alguns por desaviso, por não entenderem, outros porque cismaram em furar a fila... Aí também a gente assiste aos mais oportunistas dando informações desencontradas, enfim, o caos está instalado. O que eu penso é que as nossas autoridades, o nosso Presidente, na minha opinião – aqui vai uma crítica construtiva –, demorou muito para dar a sua resposta e fazer a manifestação que o povo esperava. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Oly Érico da Costa Facchin, ex-Deputado Federal, Presidente do Instituto de Previdência do Estado, Secretário Municipal na gestão do ex-Prefeito Guilherme Sócios Villela, Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, Presidente do Conselho Deliberativo da agremiação, um dos seus ícones, já que laureado na condição de ex-dirigente do clube, e Cidadão Honorário de Porto Alegre.

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, queria me somar a esta homenagem ao Dr. Facchin e pedir que se agregue a ela uma homenagem ao professor de história e pesquisador Carlos Riella, ontem falecido.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Presidente, eu também quero me somar a esta homenagem ao Dr. Oly Facchin. Quando da minha vinda do Rio para cá, em 1973, para o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, era ele o Presidente, um cidadão que fez muito pelo nosso País, não só pelo Grêmio, mas pelo nosso Estado. Obrigado.

VEREADOR DR. GOULART (PTB) (Requerimento): Excelência, aproveitando este momento em que vamos fazer homenagem com um minuto de silêncio, quero participar que, esta madrugada, morreu o Dr. Paulo Machado, um dos melhores mastologistas do Hospital Fêmina. Ele teve um acidente, uma queda, fraturou o crânio, ficou na UTI e não resistiu. Um belo colega, um excelente médico morreu essa madrugada. Obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu me somo ao Ver. Reginaldo Pujol, ao Ver. Tarciso Flecha Negra e a todos os demais Vereadores no pesar pela perda do nosso querido Oly Fachin. Como disse o Ver. Tarciso, para além de questões clubísticas, uma pessoa por todos nós muito querida e que, certamente, nos deixará saudades.

Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Eu venho, em nome do PSOL, do Ver. Prof. Alex, do Ver. Roberto Robaina, falar um pouco desta crise que o Brasil está vivendo, uma crise sobre a qual eu

já havia me pronunciado na quinta-feira. De lá para cá nós vimos que, evidentemente, a greve dos caminhoneiros aumentou ao longo da semana passada, embora o Governo Temer e algumas entidades patronais tenham feito uma reunião meio manobrada para tentar dar um sentido de normalidade. Evidentemente, não respondia à demanda legítima de uma categoria que sofre e sofre muito com as altas dos combustíveis, com a ausência do valor adequado para os fretes, com a insegurança das nossas estradas, com os buracos, com a cobrança dos pedágios, mesmo com o eixo suspenso. Então, nós temos, na verdade, um conjunto de demandas legítimas que fez explodir uma revolta e uma greve com a dimensão que nós vimos, que inclusive está paralisando o Brasil. Quinta-feira nós já vimos os postos sem combustíveis e a decorrência que isso tem no cotidiano da Cidade, uma vez que toda a malha brasileira, desde a ditadura, tem sido a malha rodoviária. Aposentaram as ferrovias e não se apostou em outras formas de transporte. Bom, a dimensão no impacto da crise é muito grande.

Eu queria fazer algumas considerações, primeiro, sobre a legitimidade das demandas apresentadas. Desde que o Pedro Parente, neoliberal de plantão, iniciou essa gestão na Petrobras, nós vemos uma política que levou a 120 aumentos dos combustíveis, que é uma lógica de financiar os acionistas privados da Petrobras vinculando com o preço internacional do barril do Petróleo. Isso faz com que tenha aumentado a política de importações, que boa parte das nossas refinarias da Petrobras não estejam produzindo com a capacidade que deveriam – estão com 30% a 40% de ociosidade; por outro lado, que haja um aumento brutal do preço dos combustíveis. Nesse um ano e meio já aumentou mais de 50%; o preço do gás de cozinha, então, 69%. E as pessoas sentem isso na pele, no cotidiano do seu deslocamento, no valor do transporte coletivo, no valor dos alimentos, porque todo escoamento leva a essa questão do valor dos alimentos e também à questão dos insumos básicos da sua casa. Então, é evidente que essa greve nasce com uma legitimidade muito justa, e nós estivemos apoiando desde o início as reivindicações legítimas dos caminhoneiros, porque para nós é incomparável com um Governo, além de uma tentativa de deslegitimar a categoria, como tentaram algumas correntes e alguns veículos de comunicação.

Por outro lado, o que nós vimos ontem no pronunciamento do Presidente foi, de fato, um nocaute, em que o Governo foi obrigado a ceder e a negociar pontos fundamentais à categoria. Por outro lado, nós precisamos, sim, fazer um debate estratégico da ideia do monopólio estatal do petróleo, de uma empresa que volte à necessidade do seu público interno, da população e não para remunerar os acionistas, que é o caso da Petrobras. A Petrobras precisa, sim, ser valorizada, não é à toa que os petroleiros tiraram uma greve de 72 horas para fazer também esse debate e trazer as justas reivindicações da categoria. Feito esse balanço, é óbvio que vemos que há uma tentativa de setores que querem um modelo político pior do que o nosso de tentar disputar esses processos, como tentam em todos os processos abertos, como é o caso dos que defendem uma intervenção militar, que seria o fechamento brutal do regime, seria menos democracia e mais corrupção. Eu teria, no mínimo, dez casos de corrupção para falar aqui, na época do regime da ditadura militar brasileira, além das torturas, das mortes, dos desaparecimentos. É, de fato, um contrassenso pensar que se possa fazer

uma greve numa ditadura militar. Quem lembra, sabe que os líderes, quando faziam greves durante a ditadura militar, eram diretamente presos, encaminhados ao DOPS, e muitos perderam as vidas, os que lutaram por um País melhor, o que mostra também essa questão de fazer um debate profundo do regime político brasileiro. O fato é que com esse modelo construído da nova República, esse loteamento da máquina pública, o presidencialismo de coalizão, a política do toma lá dá cá que, lamentavelmente, dominou a política brasileira nos últimos trinta anos, envolvendo os partidos da ditadura, como é o caso do Partido Progressista e partidos que, teoricamente, deveriam lutar por outra lógica e se adaptaram a essa lógica, o que nós temos é um descrédito total da população com esse regime político apodrecido. Só que a saída para isso é mais democracia, é revogabilidade de mandatos, é a queda do Governo Temer e antecipação das eleições. É fundamental um debate profundo das saídas para o País que envolva uma mudança radical deste modelo político para um modelo político em que a maioria controle a política e a economia: o povo, os trabalhadores, os aposentados, a juventude. E esse debate é o que o pessoal tem defendido tanto nos processos eleitorais como nas lutas populares. Nós precisamos aumentar a auto-organização do povo e a luta por um novo modelo político para o País. É a nossa oposta de futuro e, sobretudo, aposta de futuro, também, do debate profundo sobre a política econômica. Não é possível que a oitava economia do mundo tenha seis bilionários com a mesma riqueza que cem milhões de pessoas. Essa é a expressão de como este modelo político é um modelo que concentra as riquezas na mão de meia dúzia de pessoas, enquanto a maioria sua, passa dificuldades, sofre com o desemprego, paga caro o valor dos alimentos e não aguenta mais a roubalheira de Brasília. É fundamental a luta por uma nova política, e o PSOL é parte dessa batalha.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, há um ditado popular que diz: “Quem avisa amigo é”. Eu, por mera coincidência, posso vincular com outros assuntos, mas, em verdade, o aviso que dei foi à Prefeitura de Porto Alegre, isso logo no início do corrente ano, mais precisamente no mês de janeiro. O que eu vou dizer agora é a repetição do que, no dia 22 de janeiro deste ano, lancei no meu Facebook e encaminhei à Prefeitura Municipal. Dizia eu naquela ocasião: não é de hoje a minha preocupação com prédio em más condições em nossa Cidade. Porto Alegre tem muitos prédios de valor histórico tombados e, sem ironia, quase desabando. É o caso do prédio onde fica a antiga casa azul, situada nas esquinas da Marechal Floriano com a Riachuelo. Urge um Pedido de Informações à Prefeitura de Porto Alegre sobre a legislação do mesmo. Sobre isso, eu não estou sendo oportunista, eu disse em 22 de janeiro do corrente ano. Pois bem, em 1º

de fevereiro encaminhei um Pedido de Informações à Prefeitura sobre este antigo prédio chamado de casa azul. Recebi resposta ao Pedido de Informações em 1º de março, onde consta que o referido imóvel não é próprio municipal. Isso eu já sabia, todos nós já sabíamos. O que buscamos saber é a quem pertencia e se, efetivamente, alguém era constituído como proprietário do local; qual o motivo da demora em ceder o concretizado de alguma obra, se essa por óbvio, estivesse sendo projetada, bem como se existiam débitos com a Prefeitura de Porto Alegre. Débitos existem e em valor bem acentuado, R\$ 228.178,02 – isso em valores de março de 2018. Pois bem, este final de semana tivemos a divulgação no próprio *site* da Prefeitura (Lê): “Parte da rua Riachuelo é interditado por risco de desabamento. Em 26 de maio de 2018, às 10:00:26, a EPTC divulga trajetos alternativos no Centro, devido aos bloqueios emergenciais. Em decorrência de uma determinação judicial, o prefeito Nelson Marchezan Júnior determinou a imediata interdição, para veículos e pedestres, de parte da rua Riachuelo, imediações do número 1468, Centro Histórico, onde existe parte da construção de residência conhecida como Casa Azul. No local, duas paredes de dois andares de altura estão estaiadas, presas por cabos de aço, e ameaçam cair. Neste sábado, 26, a EPTC bloqueia a via, enquanto a Defesa Civil coloca placas indicando riscos de desabamento. A EPTC decidiu bloquear também uma parte da Marechal Floriano Peixoto, nas imediações do número 300. Os lotações serão deslocados para a rua Dr. Flores. ‘Diante da possibilidade de ocorrer o desabamento e parte da estrutura atingir pessoas e veículos, temos de agir rapidamente e eliminar o risco de vítimas’, sustentou o prefeito Marchezan em reunião realizada em seu gabinete, no final da tarde desta sexta-feira, 25, com a presença do vice-prefeito Gustavo Paim; dos secretários da Cultura, Luciano Alabarce, e adjunto de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Alcimar Arrais; do procurador-geral do Município, Nelson Marisco; do diretor-presidente da EPTC, Marcelo Soletti; do coordenador Adjunto da Defesa Civil, Telmo Soares Filho; da coordenadora de Manutenção Predial, Eliana Bridi, e da diretora-técnica da EPTC, Carla Meinecke Monteiro. O presidente da EPTC explica que a empresa estudará rotas alternativas para o Centro, permitindo apenas acesso local para os moradores. ‘Neste sábado acredito que já devemos reposicionar os cinco lotações que têm fim da linha neste trecho da Riachuelo, que deverão ficar nas imediações e nos próximos dias colocaremos as placas para orientar o trânsito’, explica Soletti. Já o procurador Nelson Marisco estuda o ingresso na Justiça de três ações: a eliminação de risco com a possibilidade de demolição de parte do prédio que ameaça desabar, a desapropriação do prédio e o ressarcimento por parte dos proprietários.’”

Ora, Sr. Presidente, mesmo com o tempo se esgotando, eu diria que essas anunciadas decisões devem, imediatamente, ser postas em prática, sob pena de nós termos que, muito breve, enfrentar algo de muito desagradável na nossa Cidade. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Quero me somar à sua manifestação dizendo que já fiz, mais de uma vez, aqui, Ver. Pujol, advertência com relação àquela casa, ali na esquina da Rua Riachuelo, da qual V. Exa. está falando. E, mais do que isso, não tem nem passeio público, porque as pessoas têm que caminhar pelo meio da Rua Marechal Floriano Peixoto, porque não conseguem passar. Isso é um horror. Trancou tudo, disse o Ver. Adeli Sell. Não é por falta de aviso e não é por falta de mobilização dos Vereadores. É preciso que a cidadania de Porto Alegre saiba que, muitas vezes, o que cabe ao Parlamento e o que os Vereadores podem fazer, os Vereadores estão fazendo. Se medidas não foram tomadas até agora – e aqui não é uma questão de Governo e nem de oposição, mas de colocar as coisas nos devidos lugares – é por absoluta inércia do Poder Executivo, que teria que ter tomado providências.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, apenas para agregar à homenagem que há pouco fizemos de um minuto de silêncio, nós tivemos o falecimento neste fim de semana de uma professora municipal, a professora Gilse Fortes, aposentada recentemente, muito jovem ainda, falecimento por doença. Professora de teatro, vice-diretora da Monte Cristo, uma colega exemplar, eu gostaria que nos autos pudéssemos agregar à homenagem realizada.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Informo aos Srs. Vereadores que este Presidente tem um horário com o Presidente da OAB Nacional, o Dr. Cláudio Lamachia, agora, às 16h. Portanto, peço licença por alguns instantes para cumprir essa agenda institucional. Informo ainda, Srs. Vereadores, que hoje no final da manhã eu recebi um telefonema do proprietário da rede de postos VIP 24 horas, que informou que era a única rede que estava com veículos próprios fazendo o abastecimento de caminhões nas refinarias e trazendo para os postos de Porto Alegre. Ocorre que, informou o proprietário da rede VIP, os motoristas dos caminhões começaram a ser ameaçados, inclusive as suas famílias, ameaças de morte e ameaças de represália, na semana que vem, contra as famílias desses motoristas. Por força dessas ameaças – eles estavam fazendo transporte de combustíveis, Ver.^a Fernanda Melchionna –, de alguma forma, na visão mais radical de alguns, talvez, eles estavam furando a greve e, na verdade, abastecendo a Cidade daquilo que a Constituição determina, que são itens essenciais, e a Cidade não pode ser desabastecida. Ele me solicitou providências, eu fiz o contato com o Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Paulo Cairoli, e requisitei, na condição de Presidente do Legislativo de Porto Alegre, que os 25 policiais militares que o Vice-Governador informou hoje pela manhã que estavam habilitados a conduzir caminhões taque fossem disponibilizados para a condução desses caminhões com a devida escolta. Então eu espero que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Vice-Governador, que é responsável, tenha já diligenciado nesse sentido, porque, de fato, por mais justas que possam ser quaisquer reivindicações, há questões constitucionais e legais, como as dos serviços essenciais, que precisam ser, em quaisquer circunstâncias, preservados. Hoje o Hospital Conceição

já anunciou que, nos quatro hospitais da rede, incluído o Fêmeina, o Cristo Redentor e o Conceição, as cirurgias eletivas já foram todas canceladas. Eu tenho certeza de que, quem tem o bem comum à frente de quaisquer outras coisas, isso é algo inaceitável, inadmissível. A gente precisa superar essa crise. E não vamos liberar essa crise sem que a legalidade e a ordem sejam respeitadas. Eu queria compartilhar isso com os Srs. Vereadores.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. José Freitas está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (PMDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, para registro, nesta noite, no Diário Oficial, em edição extra, foi publicada a medida provisória nº 832, de 27 de maio, com as medidas acordadas com as ações de caminhoneiros e transportadoras. É bom ter um acordo assim, e as coisas começam a se normalizar. Aproveitando esse grande expediente, quero fazer o resgate da história da nossa causa. Como retornei a esta Câmara, em uma legislatura com renovação de Vereadores, talvez desconheçam o que é a causa animal, seu envolvimento com a população, seus gestores públicos, com o terceiro setor, com a saúde pública e com o mercado animal. Estamos resgatando parte de toda essa história neste Grande Expediente. Há mais de 20 anos decidimos por um voluntariado, que foi a causa animal. Na época, surgia um terceiro setor, ONGs, OCIPs e uma divulgação maior sobre animais e o extermínio indiscriminado em canis municipais, na época chamado Centro de Controle de Zoonoses. Era usual no País, e, através das redes sociais na época nos agregamos com a proteção animal da Capital, do interior do País e do exterior, facilitando o entendimento e a atuação que hoje chamamos de ativismo. E com base em uma lei federal de 1988, e essa maior compreensão de recursos na Justiça, conseguimos derrotar essa prática cruel de exterminar animais em nome de controle populacional, pois a própria Organização Mundial da Saúde, desde 1990, já havia concluído em seus informes técnicos, que era menos oneroso aos cofres públicos esterilizar por métodos cirúrgicos do que exterminar animais e descartar em lixões, como era o usual da época. Depois de dez anos, em 2006, se aprovou nesta Câmara o Programa de Animais Domésticos para Porto Alegre, que foi um avanço, pois tinha em seus subprogramas a previsão de esterilização, identificação de animais, eutanásia com laudo veterinário e serviu de modelo para o Estado de São Paulo, que dois meses após, aprovou programa semelhante. Acabamos, então, por lei, com este crime contra animais indefesos, e em paralelo se trabalhou o projeto de lei de retirada das carroças com inclusão social, que foi aprovada nesta Casa em 2008, lei esta

que retirou das ruas crianças que circulavam em carroças frágeis, com acidentes, óbitos, e também carroceiros trabalhando sem condições, abaixo de chuva, fazendo fretes, retirando o lixo, cavalos fracos que tombavam na Capital de exaustão por má alimentação e trabalhando dupla jornada de trabalho. Então, a Cidade, através da Prefeitura, dividiu em quatro regiões para trabalhar a implementação da lei e o cadastramento de carroceiros, e o BNDES financiou R\$ 9 milhões, e a contrapartida da Prefeitura seria de R\$ 9 milhões para capacitar carroceiros, carrinheiros, indenizar carroças e cavalos. Mas sem o ativismo não teria tido essa conclusão que para nós é vitoriosa numa capital. E continuamos cobrando, indo ao MP, fazendo vigília nas praças, na Redenção, por seis meses, até termos a certeza de que haveria esse compromisso do Poder Executivo. Hoje temos algumas carroças vindas de Alvorada, Cachoeirinha, algumas por dentro das vilas, outras vindas da área rural, mas temos um grupo de quase mil pessoas, é um grupo fechado, e todas as constatações encaminhamos para a fiscalização da EPTC para formar as *blitze* nas regiões onde ainda se encontram as carroças. Esse é um trabalho para o qual há políticas públicas, porque, na medida em que se resgata o animal, ele é levado para uma cabanha, é microchipado, é doado com um temo de adoção e há a seleção de adotante. Já passamos por tantas etapas, desde o grande número de resgates, feiras de adoção permanente – como é bom lembrar o antigo cantinho da Redenção com doação de felinos, eventos públicos de conscientização, seminários, congressos internacional e nacional, etc.

Aqui nesta Casa funcionou, de 2003 a 2007, o Fórum de Bem-Estar Animal, de que participamos quase todas as reuniões mensais, onde se consensou sobre o que era o bem-estar animal. Resgatamos esse fórum com o pedido da Proteção Animal, através da Frente Parlamentar Porto Alegre sem Maus-Tratos aos Animais, e não podemos deixar de citar o nome de Parlamentares, que, à época, apoiaram, total ou parcialmente, os projetos e as ações desta Casa, como o ex-Vereador e vice-Prefeito Sebastião Melo; o Ver. Sebenelo e o Ver. Beto Moesch, que estiveram à frente da COSMAM; e o Ver. Adeli Sell. Nesses consensos, estabelecemos que só doaríamos animais com a esterilização cirúrgica, verificando quesitos de quem era o adotante, firmando o temo de doação, e que depois faríamos um acompanhamento para ver a situação do animal adotado, para evitar novos sofrimentos. Hoje, como bem-estaristas, seguimos, para fins de evitar maus-tratos, as cinco liberdades criadas pelo relatório de 1965, do médico veterinário europeu Brambell, que diz que todos os animais devem ser livres de medo e estresse, fome e sede, desconforto, dor e doenças, e expressar seu comportamento natural. Outros segmentos defendem o veganismo e o abolicionismo animal, que têm grandes avanços através de legislações, culinária vegana e também essa defesa ferrenha sobre os animais. Mas não podemos separar segmentos, porque necessitamos de todos os apoios que visam defender quem não tem voz. Em nossa legislação, temos a Constituição que assegura direitos, uma lei federal a que recorremos para impetrar algum tipo de ação de combate aos maus-tratos. Destaco aqui a aprovação de uma PEC que foi um retrocesso, que incluiu a permissão para práticas desportivas, mesmo sendo cruéis aos animais, se forem consideradas culturais. Então, um Vereador de uma cidade do nosso Estado se sentiu amparado legalmente para regularizar o que

chamamos linha de bois, em nome de corrida de bois na canga ou boi cangado, que é visivelmente caso de maus-tratos. Esqueceu este Vereador que a legislação, na Constituição, não faculta o *show* de maus-tratos em nome de cultura local, pois, para isso, necessita uma legislação federal regulamentando o tipo de evento desportivo. Em nível federal, certamente, essa PEC aprovada será derrubada, pois há uma Ação de Inconstitucionalidade do nosso Fórum Nacional, que é uma entidade de São Paulo, e também a Procuradoria da República ingressou com outra contra as vaquejadas no Ceará, uma ADIn já foi aceita pelo Supremo. Temos retrocessos e avanços.

Em Porto Alegre, hoje, temos a SEDA transformada em coordenadoria; isso ocorreu aqui e no Rio de Janeiro, onde tínhamos a primeira secretaria do País, criada em 2002, e restaram somente as secretarias das cidades de São Leopoldo e de Recife. Nesses dois casos extintos, na minha avaliação, observa-se que não conseguiram atingir os resultados esperados. Hoje, o que nós temos: temos menos recursos, estão sendo realizados, na Lomba do Pinheiro, atendimentos, e as protetoras que fazem parte do antigo Brechocão, do Governo anterior, não nos tem enviado demandas, então se observa que não há reclamações, estão sendo contempladas pelo Município.

Estamos recebendo demandas da população e nós procedemos, na maior parte dos casos, dando orientações, porque temos um órgão para executar e nós temos a função de legislar, não temos como atender o plenário, comissões, gestão de gabinete, comunidade, audiências públicas; mas não nos furtamos em colaborar. Os resgates e as doações são o nosso maior problema. Os resgates oriundos dos abandonos, de pessoas que se arrependem de ter adquirido um animal, viagens, questões financeiras e outros, então abandonam os animais.

Em Caxias do Sul temos um exemplo que é para nós ficarmos atentos: canis particulares se manterem com doações é desastroso, porque faltam recursos, faltam doações, e há uma entidade, em que depois de denúncias a Prefeitura teve que atuar, que tinha quase 3 mil animais e foi considerada a favela de animais de Caxias do Sul pela Revista Veja. E em Caxias ainda se encontravam animais abandonados, então, não adianta resgatar e resgatar, há outras ações para se fazer. O que é importante na prevenção é o controle populacional pela esterilização cirúrgica, campanhas de conscientização para que os cidadãos não coloquem os animais em qualquer canto; quando não tem como doar, descartam e deixam a conta para a proteção animal ou para o poder público; disponibilizar *sites* para divulgar animais para adoção; e multas pesadas, o que já está previsto no Município para quem abandona. O cadastro municipal e a identificação nós sempre defendemos, porque sempre funciona, em outras cidades até menores, no exterior, porque assim nós podemos responsabilizar aquele tutor que abandona para contribuir com as despesas com seus animais, os quais mantinha sob sua guarda. Nós tínhamos um programa antigo dos animais que passavam pelo canil eram microchipados, e eu acredito que continue. Nós, para colaborar, estamos fazendo um pequeno projeto piloto com identificação, castrar e microchipar animais. E se um dia perder o animal, como eu já disse, saberemos quem é o tutor, ou se abandonar igualmente.

Conclui-se que, sem essas providências, não chegaremos a melhores resultados, e as redes sociais que eram cheias de pedidos de adoção, resgates e também de publicidade mediática. E animais comunitários também não é a solução, porque eles ficam à mercê de maus-tratos; um caso ou outro aceito pela comunidade do quarteirão ainda é possível, mas não encher as ruas de casinhas porque os animais é que vão sofrer.

As protetoras tentam consertar as situações e, no entanto, estão com as suas casas cheias de animais, e o próprio canil municipal tem mais de cem animais, 26 com leishmaniose, que precisam de atendimento, e tem somente cinco veterinários concursados para atender tudo: a clínica, as pessoas que levam os seus animais lá, as cirurgias. Então, precisaria de um maior número de profissionais. E é notório que enquanto o número de cães e gatos para adoção cresce em escala geométrica, o número de pessoas interessadas em animais domésticos aumenta em níveis aritméticos, pois a expectativa de vida de animais domésticos também vem aumentando. Embora Porto Alegre tenha uma legislação pioneira e relevante na defesa e na proteção dos animais, consolidada por lei complementar, ainda existe uma lacuna que se refere a políticas públicas para controle populacional. Nós apresentamos um projeto que está tramitando.

A partir de decisões do Tribunal de Justiça, começa a ser formada uma convicção de que cabe aos Municípios executar políticas públicas relativas a animais domésticos, principalmente aqueles que estejam em situação de risco ou abandonados. O que falamos aqui é com base em decisões da Justiça, decisões de ações que são impetradas, só citamos para ser observado que a Justiça está atenta também.

Ainda sobre a Constituição Federal, que reconheceu o dever do Poder Público de proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade. Então, tem mais esse amparo legal. E tem também uma decisão da Justiça de que o Estado, através do Batalhão Ambiental, é responsável pelos cães bravios em vias públicas. Ainda a Constituição Estadual tem todo um arrazoado que vem contribuir para o abrigamento de animais domésticos abandonados em via pública.

Diversas ações no sentido de que as Prefeituras devem acolher animais e atendê-los estão sendo interpostas, e já em diversas comarcas. Para buscar soluções, para solução de animais abandonados ou em situação de risco, apresentamos o projeto, de que eu já falei, sobre esses casos citados.

O que nós temos hoje? No ano passado, trabalhamos em prol das entidades de proteção animal incluindo-as no cadastro social estadual e propiciando que participem do programa Nota Fiscal Gaúcha. A cada trimestre, mediante a inclusão de novos CPFs, são premiadas as entidades que estão devidamente cadastradas. Depois têm que prestar contas.

Para concluir, nós, falando sobre controle populacional em nível federal, tivemos uma lei que tramitou de 2003 a 2017, que já previa tudo isso que eu falei, mas que tramitou, tramitou no Congresso e veio a ser aprovada em março de 2017. O seu autor veio a falecer sem ver a sua lei aprovada, que previa política de controle de natalidade de cães e gatos com estudo de programas, assim visando contemplar os

animais. Mas ainda faltou a aprovação de recursos públicos e isso só com a inclusão e medidas provisórias também no orçamento nacional. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos passar à discussão e votação do PLL nº 278/17 como primeiro na Sessão do dia 06 de junho. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Vereadores; todos que nos assistem, também quero aqui mandar os meus pêsames à família do Oly Fachin, com quem trabalhei por muito tempo, ele como Presidente do Grêmio e eu como jogador.

Essa greve me deixou muito preocupado, porque eu queria, realmente, saber quem está ganhando com isso, porque o que tenho visto na televisão é algo muito triste. Lembro do ano de 1968, quando o Brasil parou. Eu estava jogando no Rio de Janeiro, tinha 17 para 18 anos, e eu vi o País parar. O meu pai e os meus irmãos eram trabalhadores da estrada de ferro Leopoldina. Mas esta greve de agora, eu não estou nem olhando o lado político, mas, neste momento, como cidadão, eu estou olhando o lado de quatro, cinco pessoas, Ver. Cassio, que numa entrevista disseram: “Como eu vou chegar ao hospital para fazer a minha hemodiálise?” E depois vinha uma mãe, Sofia, que, com três filhos pequenos em casa, dizia que não tinha mais gás, não tinha mais comida. A tristeza que me dá, é que nós somos muito egoístas. Eu não estou olhando o lado da gasolina, o lado dos caminhões, o lado do aeroporto, nada disso; porque a gasolina, quem tem carro, quem tem dinheiro, vai pagar, vai buscar a gasolina. Agora, eu estou olhando o lado daqueles que estão lá na Zona Rural, jogando fora 500, 600, 1 mil, 2 mil litros de leite. Isso não tem volta. Aquele que planta o seu tomate, que planta o seu chuchu... Isso tudo está sendo jogado fora. Isso não tem volta. É uma tristeza. A única coisa que eu peço, é para que a gente volte a ser aquele povo solidário, menos egoísta, porque quem paga o preço maior nesta greve são as pessoas que precisam do transporte coletivo, são as pessoas que precisam da farmácia, são as pessoas que precisam de hospital público. São esses que pagam a dívida deste País. Ontem, caminhando pelo Parque Marinha, ouvi um rapaz dizendo que o Temer isso, que o Temer aquilo... Mas eu também sou culpado, porque eu votei no Lula, votei no Temer, votei na Dilma. Eu acho que não existe culpado, culpados somos nós de fazer um outro País, Dr. Goulart. Não sou contra nada, só estou contra as pessoas estarem

morrendo por não poderem chegar nas assistências, nos hospitais. De alimentação, o que está indo fora! E ainda tem gente que morre de fome. Isso é um crime que estamos fazendo contra nós mesmos. Quero ver quando faltar mesmo. Eu acho que é o momento de todos nos unirmos, porque nós somos só um povo. Ninguém é melhor do que ninguém, todos nós somos mortais. Vamos deixar um pouco esse egoísmo, essa guerra, essa briga de bandeira. Chegou a hora de os brasileiros se unirem. Em nome de tudo, gente! Em nome do esporte, da educação, da cultura, do trabalhador, em nome de todos. Chegou a hora, Presidente Mônica, de nos unirmos e sermos um pouco mais solidários. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 137/17.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, solicitando o desarquivamento do PLL nº 287/16.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, ao PLL nº 136/17

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 136/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLL nº 136/17.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores, vou seguir no que estávamos falando: a questão abusiva dos impostos. O povo brasileiro, os trabalhadores brasileiros pagam de forma abusiva impostos neste País, e abusiva ao extremo. Uma pessoa que ganha R\$ 1 mil paga o mesmo preço da luz, da água, do arroz, do feijão, do açúcar, do óleo de cozinha, do papel higiênico, do sabonete, do sabão, de todos os produtos de higiene e dos produtos básicos da sua alimentação de uma pessoa que ganha R\$ 10 mil. Isso é um absurdo, porque essa pessoa que ganha R\$ 1 mil paga mais, bem mais do que a pessoa que ganha R\$ 10 mil. Então é necessário fazer urgente uma reforma tributária. É necessário fazer uma correção, como

falava, dessa tabela do Imposto de Renda, tem que ser feita uma nova tabela de Imposto de Renda. E é necessário também fazer um novo pacto federativo, porque, quando o Governo cede, o Governo não fez nada. O Governo não diminuiu o número de Ministérios, não diminuiu o número de CCs, o Governo não diminuiu nada, nada! O Governo, simplesmente, diminuiu o número de repasses para os Estados e Municípios. O Governo não faz um novo pacto federativo como se fala. Hoje, a cada R\$ 100,00 consumidos em qualquer Município aqui em Porto Alegre, R\$ 62,00 vão para União e o restante fica para o Município e para o Estado, que são responsáveis pelo saneamento, pela saúde, pela educação, e, hoje em dia, no Município, até pela segurança pública. Então, essas questões são importantíssimas, e aí se vê também os Estados e o Município, então não adianta colegas subirem aqui na tribuna e dar discurso contra aumento de impostos, não adianta os colegas virem falar da questão nacional, virem falar da questão do Estado e daqui a alguns dias votarem favorável ao projeto do IPTU, o projeto do IPTU é aumento de impostos. Não adianta vir aqui dar discurso que a gasolina está cara, que o Governo Temer aumenta imposto, e, daqui a alguns dias, votar favorável ao aumento do IPTU. O aumento de IPTU é aumento de impostos, e até hoje, desde o ano passado, quando chegou aqui o primeiro projeto – entrou duas vezes no ano passado este projeto –, em nenhuma das vezes o Governo provou ou comprovou que não tem aumento de impostos. É um projeto muito confuso, o Governo reuniu-se com os conselheiros, está indo agora nas regionais do Orçamento Participativo, e não consegue comprovar esse projeto confuso, porque ele aumenta o imposto territorial e aumenta o índice construtivo. Não é à toa que ele tem o apoio de duas entidades que lidam com a construção civil, porque aumenta de fato, beneficia essas entidades na venda de imóveis e na venda de terrenos. Então, não adianta dar um discurso aqui e depois, lá fora, fazer outro discurso. Não adianta dar um discurso aqui e na hora e votar favorável ao projeto. IPTU é aumento de imposto, IPTU é como o aumento da gasolina, o aumento das escolas, o aumento do arroz e do feijão, o aumento do óleo *diesel*, da luz, da água. Então, eu acho que o povo brasileiro, o povo da nossa cidade de Porto Alegre, a população como um todo não aguenta mais aumento de impostos. Nós não aguentamos mais trabalhar de 1º de janeiro a 8 de junho para pagar impostos. Nós queremos que o nosso salário, que a população brasileira, que o povo de Porto Alegre, com o que ganha, consiga sustentar sua família, colocar comida na mesa do povo brasileiro. Então, nós fizemos um apelo aos governantes: parem de sangrar o povo, façam o que têm que fazer, diminuam a máquina pública, diminuam o número de CCs, diminuam o número grande que existe, que não representa o anseio do povo. Não fiquem acusando o funcionalismo público lá, o professor, o agente de saúde, o guarda de trânsito de serem os culpados do que vocês fizeram de errado na máquina pública. Agora nós queremos um Estado que funcione para nós, queremos políticas públicas e não pagar essa montoeira de impostos que vemos vazando pelo esgoto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h20min.)

* * * * *